



ATA

Aos 22 dias do mês de maio de 2024, na cidade de Santa Maria, na ilha do Sal, em Cabo Verde, teve lugar o XXI Encontro de Procuradores-Gerais da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), com a presença de Suas Excelências os Procuradores-Gerais da República de Angola, Hélder Fernando Pitta Gróz, de Cabo Verde, Luís José Tavares Landim, de Moçambique, Beatriz da Consolação Mateus Buchili, de Portugal, Lucília Maria das Neves Franco Morgadinho Gago, de São Tomé e Príncipe, Inald Kelve Nobre de Carvalho e de Timor-Leste, Alfonso Lopez.

O Ministério Público da República Federativa do Brasil e o da República da Guiné-Bissau estiveram representados, respetivamente, pelos Excelentíssimos Senhores Sub-Procurador-Geral da República Federativa do Brasil, Alexandre Camanho de Assis e Vice-Procurador-Geral da República da Guiné-Bissau, Juscelino de Gaulle Cunha Pereira.

O Ministério Público da Região Administrativa Especial de Macau participou como Membro Observador, tendo a respetiva Delegação sido chefiada pelo Excelentíssimo Senhor Procurador, IP Son Sang.

Foi igualmente convidado o Procurador-Geral da República da Guiné Equatorial, que justificou a sua ausência perante o Presidente do Encontro.

O convite foi também endereçado ao Secretário Executivo da CPLP, que por impossibilidade fez-se representar pela Embaixadora Ana Carla de Sousa.

A lista das delegações participantes encontra-se em anexo.

A agenda do encontro encontra-se em anexo.

A lista atualizada de Procuradores-Gerais da CPLP encontra-se em anexo.



Iniciado o Encontro e conforme o programa previamente aprovado pelos Procuradores-Gerais das Repúblicas que integram a CPLP, teve lugar o encontro privado dos respetivos Chefes das Delegações.

Fazendo uso da palavra, o Procurador-Geral da República de Cabo Verde cumprimentou os presentes, dando as boas-vindas e agradecendo pela disponibilidade em participar neste XXI Encontro.

De seguida, a convite do Presidente do XXI Encontro, fizeram uso da palavra, para os cumprimentos iniciais, os Procuradores-Gerais da República, o Sub-Procurador-Geral da República, o Vice-Procurador-Geral da República e o Procurador presentes, pela ordem dos respetivos países: Angola, Brasil, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste e Região Administrativa Especial de Macau.

O Procurador-Geral da República de Cabo Verde, enquanto Presidente do XXI Encontro, colocou a agenda à consideração de todos, manifestando abertura para eventuais alterações do programa, não obstante a concordância manifestada previamente por todos.

Não havendo propostas de alteração, começou-se pelas considerações em torno da **nomeação do Presidente do XXII Encontro**.

O Procurador-Geral da República de Cabo Verde fez um panorama geral da realização dos Encontros desde 2015, sugerindo a indicação de Portugal para a Presidência do próximo Encontro.

Fazendo o uso da palavra, a Procuradora-Geral da República de Portugal afirmou que não rejeita o desafio de Portugal acolher o próximo Encontro, alertando que o seu mandato termina em outubro deste ano, pelo que o XXII Encontro será presidido pelo Procurador-Geral da República que, entretanto, vier a assumir funções.

O Presidente do Encontro sugeriu que, na eventualidade de Portugal não poder vir a assumir a presidência, esta seja assumida por Timor-Leste, que é o país que se segue na



ordem cronológica da organização dos Encontros, o que foi aceite pelo respetivo Procurador-Geral.

Passando à **eleição do Secretariado da Sessão do Encontro**, o Presidente propôs a eleição da Procuradora da República Dra. Elisa Mendes, como Secretária, proposta esta que foi aprovada por unanimidade.

Mais se deliberou que os Drs. André de Brito, de Angola, Décio Bonga, de Moçambique, e Ridelgil de Carvalho Tavares, de São Tomé e Príncipe, apoiassem a Senhora Secretária da Mesa, na redação dos documentos do XXI Encontro.

Deliberou-se ainda designar, após as considerações da Procuradora-Geral de Portugal e a concordância de todos, o Procurador-Geral da República de Timor-Leste, Dr. Alfonso Lopez, como Vice-Presidente do XXI Encontro.

O Presidente do XXI Encontro propôs a criação da **Rede dos Ministérios Públicos da CPLP para a Proteção das Crianças**, proposta que também mereceu a concordância de todos, tendo sido deliberado que o Procuradoria-Geral da República de Cabo Verde assumirá a coordenação da mencionada Rede, cujas funções seriam desempenhadas pela Procuradora da República e Presidente do Conselho para a Adoção Internacional de Cabo Verde, Dra. Dulcelina Sanches Rocha Teixeira Lubrano.

Mais se deliberou que até ao final da Conferência, os Ministérios Públicos da CPLP designarão os pontos focais da mencionada Rede.

Dando seguimento aos trabalhos, o Presidente do XXI Encontro apresentou as considerações relativamente aos documentos (**Ata e Declaração**) do XX Encontro.

O Vice-Procurador-Geral da República da Guiné-Bissau informou que a versão final havia sido enviada para todas as delegações, pelo que acredita que estes documentos serão assinados neste XXI Encontro.



Findo o encontro privado, teve lugar a cerimónia de abertura da Sessão do Encontro dos Procuradores-Gerais da CPLP, com a presença dos integrantes de todas as Delegações.

Enquanto Presidente do Encontro, o Procurador-Geral da República de Cabo Verde deu início à Cerimónia cumprimentando e agradecendo a presença de todos e, bem assim, lamentando a impossibilidade de comparência da Delegação do Ministério Público da Guiné-Equatorial. Ainda sublinhou a importância do Encontro para o fortalecimento da Cooperação entre os países da CPLP e deu a conhecer as decisões saídas da Reunião privada, conforme descritas acima.

De seguida, passou a palavra ao Vice-Procurador-Geral da República da Guiné Bissau, enquanto representante do Presidente do XX Encontro, que saudou os presentes e agradeceu a organização do evento pelo acolhimento. Outrossim, lamentou os constrangimentos ocorridos durante a Presidência do seu país, devido à interrupção do mandato do anterior Procurador-Geral da República, e fez a passagem de testemunho com a entrega ao Presidente do XXI dos documentos do Encontro que teve lugar na Guiné-Bissau.

Uma vez que os documentos entregues não chegaram de ser assinados pelos Procuradores-Gerais presentes no XX Encontro, o Presidente do XXI incumbiu a Secretária-Geral do Encontro de diligenciar neste sentido.

Seguidamente passou-se para a fotografia oficial do Encontro, em anexo, à qual se seguiu uma pausa-café.

Retomado os trabalhos, deu-se início à apresentação relativamente ao tema “*Os Desafios atuais do Ministério Público em matéria de proteção das crianças*”, com a intervenção dos chefes de todas as Delegações presentes, segundo a ordem alfabética.

O Procurador-Geral da República de Angola, após os cumprimentos iniciais e agradecimentos pelo convite, proferiu a sua comunicação conforme documento em anexo. Encerrou a sua intervenção sugerindo, de entre outras, a adesão, no espaço da



CPLP, aos instrumentos jurídicos internacionais existentes em matéria de proteção da criança (Convenções de Haia) e o estabelecimento de um Protocolo, no espaço da CPLP, sobre o cumprimento célere das cartas rogatórias em matéria de proteção das crianças.

O Sub-Procurador-Geral da República Federativa do Brasil cumprimentou os presentes e proferiu a sua comunicação nos termos do documento em anexo. Encerrou a sua explanação sublinhando os desafios ainda existentes no seu país, pese embora as conquistas já alcançadas e a importância da cooperação internacional neste âmbito da proteção das crianças.

O Vice-Procurador-Geral da República da Guiné-Bissau, após os cumprimentos iniciais, proferiu a sua comunicação conforme documento em anexo. Reconheceu os esforços do seu país neste âmbito, lamentando o facto de ainda não acautelarem suficientemente os direitos das crianças, destacando, como exemplo, as questões da mutilação genital feminina e da mendicidade.

A Procuradora-Geral da República de Moçambique cumprimentou os presentes e exprimiu a sua satisfação em representar o seu país em mais um Encontro, agradecendo e felicitando Cabo Verde pela organização do evento. Proferiu a sua comunicação conforme documento em anexo, sublinhando a necessidade do fortalecimento dos nossos sistemas de justiça e do reforço da cooperação internacional, visando respostas céleres e eficazes a situações de violação aos direitos das crianças.

A Procuradora-Geral da República de Portugal, após os cumprimentos iniciais, proferiu a sua comunicação conforme documento em anexo. Enfatizou ser a violência contra as crianças ou por estas protagonizada um problema agudo e transversal nas sociedades atuais, a merecer cuidada reflexão. Impõe-se, do seu ponto de vista, o robustecimento da intervenção tutelar educativa, visando quer a educação para o direito dos jovens que protagonizem factos qualificados na lei penal como crime, quer a sua inserção, de forma livre e responsável, na vida em sociedade.



W
L

O Procurador-Geral da República de São Tomé e Príncipe iniciou a sua intervenção cumprimentando os presentes e agradecendo a Procuradoria-Geral da República de Cabo Verde pelo acolhimento, sobrelevando a pertinência da escolha do tema. Proferiu a sua comunicação conforme documento em anexo e encerrou expressando a expectativa de aproveitamento do Encontro, enquanto fórum de partilha de problemas e experiências comuns, para o aprimoramento e a busca de boas soluções para os nossos países, visando a proteção das crianças.

O Procurador-Geral da República de Timor-Leste após os cumprimentos iniciais, parabenizou Cabo Verde pela excelência na organização do evento e proferiu a sua comunicação conforme documento em anexo. Durante a sua intervenção sublinhou a necessidade de especialização de magistrados para atuação nesta jurisdição, que deverão estar sensibilizados com a temática, impondo assim responsabilidades acrescidas para os órgãos de gestão, na designação e capacitação dos mesmos.

O Procurador da Região Administrativa Especial de Macau, após saudar os presentes e agradecer ao Presidente do Encontro pelo convite para a participação no evento, proferiu a sua comunicação conforme documento em anexo. Destacou o Encontro como um fórum privilegiado de partilha de experiências e de impulsionamento da cooperação judiciária com vista à proteção das crianças.

Por fim, o Procurador-Geral da República de Cabo Verde proferiu a sua comunicação sobre o tema, conforme documento em anexo, não sem antes saudar os presentes e dar as boas-vindas a todas as Delegações. Frisou os desafios existentes nesse âmbito e terminou reafirmando a proposta de Cabo Verde para a criação de uma Rede de Proteção das Crianças no âmbito da CPLP, a ser coordenada por Cabo Verde.

De seguida passou-se para o ponto seguinte da agenda, com a apresentação, pelos países coordenadores, do “*Funcionamento das Redes de Cooperação criadas junto dos Encontros dos Procuradores-Gerais da CPLP*”.



Moçambique deu início às apresentações, com intervenção da Dra. Ana Maria Gemo Bié, Procuradora-Geral Adjunta, que expôs o ponto de situação da “**Rede de Ambiente da CPLP**”, conforme documento em anexo. Em termos de expectativas, elegeu as seguintes: cumprir integralmente o plano de atividades da Rede; reforçar a articulação entre os Pontos Focais da Rede; promover, com recurso à Rede, maior intercâmbio entre os magistrados afetos na área do ambiente; incrementar ações de formação.

Portugal, representado pela Dra. Helena Gonçalves, Procuradora-Geral Adjunta, apresentou o ponto de situação do “**Fórum Cibercrime**” conforme documento em anexo, sublinhando tratar-se de uma Rede com 6 anos de existência e de efetiva atividade, sendo que as reuniões presenciais só têm sido possíveis graças ao apoio do Conselho da Europa.

De seguida apresentou também o Ponto de situação da “**Rede de Procuradores Antidrogas da CPLP**”, nos termos do documento em anexo. Destacou, como uma das principais atividades, a designação, no ano de 2023, do Coordenador da Rede como Ponto de Contacto da Rede junto da EUROJUST e bem assim a apresentação, por iniciativa do Brasil, para efeitos de discussão e apresentação no presente Encontro, de um projeto de Protocolo de atuação em matéria de transmissão espontânea de informações provenientes da Rede.

Seguidamente o mencionado projeto de protocolo foi apresentado para apreciação do Encontro, seguindo-se, como metodologia de trabalho, a leitura e aprovação por artigos, tendo sido objeto das seguintes alterações: artigo 1.º (substituição do termo “objetivo” por “objeto”); artigo 4.º (substituição do termo “receptor” por “recetor”); artigo 6.º (substituição do termo “recepção” por “recepção”); artigo 7.º (substituição do termo “objetivo” por “objeto”); artigo 9.º (substituição do termo “registros” por “registos”); artigo 11.º (substituição do termo “respectivos” por “respetivos”); artigo 12.º (substituição do termo “revisado” por “revisto”).

O documento foi aprovado por unanimidade, pelo que será objeto de assinatura no final do Encontro.



Relativamente ao “**Grupo de Ligação dos Ministérios Públicos para a Cooperação Judiciária**”, dada alguma indefinição em termos de coordenação, Portugal assumiu o compromisso de esclarecer a questão, tendo em conta que a Rede em causa foi criada no âmbito do XIV Encontro, que teve lugar em Portugal.

Deu-se continuidade aos trabalhos com a apresentação, por Angola, na pessoa do Dr. André de Brito, Sub-Procurador-Geral da República, do estado atual da “**Rede dos Ministérios Públicos da CPLP para a recuperação de ativos**”, tendo-o feito conforme documento em anexo, destacando a aprovação do “Regulamento Interno da Rede” e o objetivo de elaboração de um manual sobre o tema – Recuperação de Ativos. Outrossim, frisou o facto de, ao abrigo do artigo 13.º do referido instrumento, a coordenação de Angola ter terminado em dezembro de 2023, pelo que colocou à consideração do Encontro a decisão sobre a sua continuidade ou substituição.

Após considerações dos presentes, o XXI Encontro decidiu manter a Coordenação da Rede com Angola, até que haja decisão em contrário, tendo sido, no entanto, proposto pelo Presidente do Encontro e aprovado pelos demais a introdução para discussão, no ponto seguinte da agenda de trabalho - “*Apresentação e aprovação da proposta de alteração do Regimento da Rede*” -, de uma cláusula sobre a duração da Coordenação das Redes.

Por fim, a Dra. Stella Fátima Scampini, Procuradora Regional da República, em representação do Brasil, apresentou o estado atual da “**Rede de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro da CPLP**”, nos termos do documento em anexo, destacando uma proposta de fusão entre a citada Rede e a “**Rede dos Ministérios Públicos da CPLP para a Recuperação de Ativos**”, com uma coordenação compartilhada.

No âmbito das discussões, a Procuradora-Geral da República de Moçambique sublinhou o objetivo da introdução deste ponto na agenda dos trabalhos, enquanto estratégia para melhorar a atuação das Redes e frisou a necessidade de um maior comprometimento dos pontos focais indicados e a aposta em parcerias externas para ultrapassar as dificuldades financeiras para a realização das atividades.



(Handwritten signatures)

O Procurador-Geral da República de São Tomé e Príncipe propôs a atualização das listas dos pontos focais de todas as Redes, tendo o Presidente do Encontro incumbido o Secretariado-Geral de coordenar esta tarefa, com o envio de uma comunicação via email aos Procuradores-Gerais da República.

O Sub-Procurador-Geral da República Federativa do Brasil frisou a necessidade de pronunciamento do Encontro quanto à proposta de fusão das Redes de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro da CPLP e de Recuperação de Ativos ou a introdução do assunto na agenda de trabalho do próximo Encontro.

Nesta sequência o Encontro decidiu pela fusão das duas Redes, devendo haver, no entanto, articulação entre as atuais coordenações com vista à gestão compartilhada e funcionalidade da própria Rede fundida. Outrossim, deliberou-se no sentido de a coordenação compartilhada apresentar uma proposta de Regulamento Interno, para efeitos de aprovação no próximo Encontro.

Pelas 13h50 foi feita uma pausa para almoço, tendo os trabalhos sido retomados às 15h30, com o tópico “*Apresentação e aprovação da proposta de alteração do Regimento do Encontro dos Procuradores-Gerais da CPLP*”, pertencendo a proposta de alteração a Cabo Verde.

Primeiramente, justificou-se a proposta de alteração com a necessidade de harmonização dos artigos, visando uma maior funcionalidade do Encontro. Na sequência da intensa discussão realizada, foram alterados os seguintes artigos:

Artigo 4.º - proposta apresentada foi aprovada com alteração, criando-se, de entre os órgãos do Encontro, o “Secretariado das Sessões”;

Artigo 5.º, n.º 1 - proposta apresentada foi objeto de discussão, que permitiu a aprovação de uma nova redação do citado número, conforme documento em anexo (Alteração do Regimento).

Artigo 7.º - proposta de alteração foi aprovada nos precisos termos.



W
L

Artigo 8.º - proposta apresentada foi aprovada com alterações, conforme documento em anexo.

Moçambique propôs a introdução de uma nova alínea, relativamente ao depósito da Declaração do Encontro junto do Secretariado Permanente da CPLP, que após aprovação passou a ser a al. b).

Foi também aprovada a introdução de uma nova alínea (atual al. d)), refletindo a necessidade de acompanhamento do funcionamento das Redes criadas pelo Encontro, conforme consensualizado na discussão relativamente ao relatório sobre o funcionamento das Redes.

Artigo 9.º - proposta de reorganização foi aprovada, tendo sido introduzidas alterações na redação do texto, conforme documento em anexo.

Artigo 10.º - proposta de reorganização foi aprovada, tendo sido introduzidas alterações nos três números, conforme documento em anexo.

Artigo 11.º - foi alterada a epígrafe do artigo na sequência de discussões havidas visando a uniformização das terminologias do Regimento.

Artigo 13.º - proposta apresentada foi aprovada com alterações, conforme documento em anexo.

Artigo 14.º - proposta de reorganização foi aprovada, com a introdução de uma nova alínea, doravante f), sobre a competência do Encontro para a criação de Redes relativamente a matérias da competência do Ministério Público.

Artigo 15.º - foi proposta e aprovada uma alteração à epígrafe do artigo, passando a ser denominada “Convocatória”.

Foi ainda aprovado o aditamento de um novo capítulo e respetivo artigo único (Artigo 16.º), relativamente à Coordenação das Redes, na sequência do consenso existente sobre a necessidade de definição dos seus termos.



Os artigos que não sofreram alterações de conteúdo foram renumerados em função das alterações introduzidas, conforme republicação do Regimento que consta em anexo.

Conforme deliberação do Encontro, as alterações introduzidas entram imediatamente em vigor.

De seguida passou-se para as considerações finais, com o Procurador-Geral da República de São Tomé e Príncipe, em nome dos demais, a felicitar Cabo Verde pela organização do evento.

O Presidente do Encontro voltou a agradecer a presença de todos e a enaltecer a presença ao mais alto nível de quase todos os membros.

De seguida passou-se para a troca de brindes entre as Delegações e na sequência foi declarado, pelo Presidente, encerrado os trabalhos do dia.

Associado ao Encontro realizou-se, nos dias 23 e 24, uma Conferência Internacional sob o tema “*O Ministério Público e o Sistema de Proteção de Crianças no Espaço da CPLP*”.

O primeiro dia da Conferência teve início às 8h50, com uma Cerimónia de Abertura presidida por Sua Excelênci a Primeiro Ministro de Cabo Verde, Dr. Ulisses Correia e Silva.

A mesa da presidência da Cerimónia foi constituída pelas seguintes entidades:¹

- Sua Excelênci a Primeiro Ministro de Cabo Verde, Dr. Ulisses Correia e Silva;
- Sua Excelênci a Procurador-Geral da República de Cabo Verde, Dr. Luís Landim;

¹ De acordo com o programa, a mesa contaria igualmente com a presença da Dra. Cristina Andrade, Responsável pelo Gabinete do Programa do UNODC. Todavia, devido a constrangimentos de ordem profissional, a mesma não pôde comparecer, tendo a sua intervenção sido feita por via remota e em momento posterior ao previsto, por razões técnicas.



V
el
F

- Sua Excelência o Representante Residente do UNICEF em Cabo Verde, Dr. David Matern;
- Sua Excelência o Presidente da Câmara Municipal do Sal, Dr. Júlio Lopes.

O Presidente da Câmara Municipal do Sal foi o primeiro a fazer uso da palavra, tendo iniciado a sua intervenção cumprimentando os presentes e dando as boas vindas à ilha do Sal a todas as delegações presentes. Frisou a relevância do tema e o ambiente de amizade existente entre os Ministérios Públicos da CPLP, o que facilita as relações de cooperação judiciária. Terminou sublinhando o papel importante de todos na tarefa de proteção das crianças.

De seguida fez uso da palavra o Representante Residente do UNICEF, Dr. David Matern, proferindo a sua comunicação conforme documento em anexo. Em resumo, iniciou cumprimentando os presentes e agradecendo o convite para participar na Cerimónia de Abertura, expressando ser, para o UNICEF, um motivo de grande satisfação, associar-se a eventos desta natureza. Sublinhou que a proteção das crianças é uma tarefa que exige a colaboração de todos e realçou os esforços visíveis que estão a ser feitos no país com vista à proteção das crianças, pese embora ainda persistam desafios ao nível da coordenação entre os atores envolvidos, que carece de reforço. Ainda destacou a parceria existente com o Ministério Público de Cabo Verde, realçando os resultados positivos obtidos. Terminou fazendo votos de que a conferência sirva para o fortalecimento da cooperação na área da infância.

Seguidamente o Senhor Procurador-Geral da República de Cabo Verde, Dr. Luís Landim, proferiu a sua comunicação conforme documento em anexo, tendo iniciado saudando os presentes e agradecendo a presença de Sua Excelência o Senhor Primeiro Ministro de Cabo Verde na Cerimónia, conferindo à mesma um cunho especial. Também teve a oportunidade de agradecer, de modo especial, a parceria do UNICEF, do UNODC e do Ministério da Justiça, sem as quais o evento não seria possível e, bem assim, outros parceiros, como a Câmara Municipal do Sal, a Polícia Nacional e a Polícia Judiciária.



Agradeceu igualmente a comissão organizadora do evento, pela excelência do trabalho feito.

O discurso de abertura foi proferido por Sua Excelência o Primeiro Ministro de Cabo Verde, Dr. Ulisses Correia e Silva, conforme documento em anexo, que também se apresentou na qualidade de Embaixador das crianças de Cabo Verde. Agradeceu o convite para participar no Encontro e saudou a escolha do tema, que coloca as crianças no centro das atenções. Destacou a importância da cooperação internacional face ao fenómeno da globalização e, bem assim, apontou a apostila na prevenção como a melhor solução, a melhor resposta, reconhecendo o papel importante do Ministério Público nesta temática.

De seguida o evento contou com um momento cultural, levado a cabo pelos alunos da Escola Tututa, da Câmara Municipal do Sal, ao qual se seguiu uma pausa-café.

Retomado os trabalhos, passou-se para a apresentação do tema “*Medidas de Proteção de crianças e o âmbito da respetiva aplicação*”, pela Dra. Maria João Duarte, Procuradora da República de Portugal, tendo como moderador o Dr. Óscar Silva Tavares, Assessor Jurídico Internacional no Gabinete do PGR de Timor-Leste.

A apresentação feita consta em anexo, tendo sido destacada, desde logo, a mensagem de que “*É possível sermos todos mais ousados na aplicação das medidas de proteção das crianças*”.

Seguiu-se o momento de debate, com a intervenção de participantes de diversas delegações.

Terminado o debate passou-se à apresentação do tema “*Adoção Internacional*”, pela Dra. Dulcelina Rocha Teixeira Lubrano, Procuradora da República de Cabo Verde e Presidente do Conselho para Adoção Internacional, tendo a moderação sido assumida pela Dra. Glória Adamo, Procuradora-Geral Adjunta de Moçambique.



J
J
J

Durante a apresentação foi destacado que, no processo de adoção, o princípio é o da procura da “*melhor família para a criança*” e nunca o da “*melhor criança para uma família*”, colocando-se o foco no superior interesse da criança.

Seguiu-se igualmente o momento de debate, com diversas intervenções dos participantes.

Após o debate teve lugar uma pausa para o almoço, tendo os trabalhos sido retomados às 14h30, com a exibição de uma comunicação, via vídeo, da Dra. Cristina Andrade, Responsável pelo Gabinete do Programa do UNODC, que devido a problemas técnicos não foi possível exibir em momento próprio, mais precisamente na Cerimónia de abertura. O Vídeo consta em anexo.

Na sequência, teve lugar a apresentação do tema “*A importância de planejar, desenvolver e apoiar a força de um trabalho dos serviços sociais para garantir um sistema eficaz de proteção da criança*”, pelo Dr. Hugh Salmon, Diretor of the Global Social Service Workforce Alliance, com a moderação da Dra. CHEANG Weng In, Delegada do Procurador de Macau.

A comunicação proferida consta do anexo.

Seguiu-se o momento de debate.

O tema seguinte, “*Combate ao trabalho infantil e outras formas de exploração laboral*”, foi apresentado pela Dra. Vera Maria Cravid, Procuradora-Geral Adjunta de São Tomé e Príncipe, e teve como moderador o Sub-Procurador-Geral da República Federativa do Brasil, Dr. Alexandre Camanho de Assis.

A comunicação proferida consta em anexo, ao qual seguiu-se o momento de debate.

O painel final, moderado pela Dra. Teresa Alexandrina da Silva, Procuradora-Geral Adjunta da Guiné-Bissau, contou a apresentação dos seguintes temas:

M. A.
M.

X
X
X
W



- “*Proteção dos direitos das crianças enquanto intervenientes em processos judiciais cíveis e criminal*”, pela Dra. Kuku Elizabeth David Koxi, Procuradora-Geral Adjunta da República de Angola;
- “*O regime de proteção de menores de Macau*”, pela Dra. CHEANG Weng In, Delegada do Procurador de Macau.

Ambas as apresentações constam de documentos em anexo.

Findas as apresentações, teve lugar o momento de debate, que contou com a participação de vários presentes.

Nada mais a abordar, os trabalhos foram encerrados às 17h40, cumprindo-se a agenda do dia.

O segundo dia da Conferência teve início às 9h, com a apresentação do tema “*Justiça Juvenil e as Garantias das crianças em conflito com a lei*”, pela Dra. Amélia Machava, Procuradora-Geral Adjunta de Moçambique, que contou com a moderação da Dra. Aguinalda Finda Laza, Sub-Procuradora-Geral da República de Angola.

Seguiu-se o momento de debate.

O tema seguinte, “*A Reinserção Social de Crianças Sujeitas a Medidas Tutelares Sócio-educativas*”, ficou a cargo do Dr. Juscelino de Gaulle Cunha Pereira, Vice-Procurador-Geral da República da Guiné-Bissau, com a moderação do Dr. Ridelgil Tavares, Procurador-Adjunto de São Tomé e Príncipe.

Finda a apresentação, teve lugar o momento de debate, ao qual se seguiu uma pausa para café.

Retomado os trabalhos deu-se continuidade às apresentações, com o tema “*Investigação do crime de tráfico de crianças com recurso aos meios digitais*”, pela Dra. Stella Fátima Scampini, Procuradora Regional da República Federativa do Brasil, com a moderação da Dra. Helena Gonçalves, Procuradora-Geral Adjunta de Portugal.



Seguiu-se o momento de debate.

A apresentação do último tema da conferência, “Cooperação Judiciária internacional no âmbito da proteção das crianças”, ficou a cargo da Dra. Ivónia Guterres, Procuradora da República de Timor-Leste, moderada pela Dra. Elisa Mendes, Procuradora da República de Cabo Verde.

Seguiu-se o momento de debate e a pausa para o almoço.

Dando continuidade aos trabalhos, as delegações presentes discutiram e aprovaram a Declaração de Santa Maria, que consta em anexo.

A Acta do XXI Encontro de Procuradores-Gerais da CPLP, lida e aprovada, foi assinada pelos Procuradores-Gerais presentes e representantes dos Procuradores-Gerais ausentes.

Tendo sido cumprida a agenda proposta, foi encerrado o XXI Encontro de Procuradores-Gerais da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, com uma Cerimónia de Encerramento cuja mesa foi constituída pelo Presidente do Encontro e por Sua Exceléncia o Ministro da Família e Inclusão Social de Cabo Verde, Dr. Fernando Elísio Freire, que presidiu, constando as comunicações proferidas em anexo.

Cidade de Santa Maria, 24 de maio de 2024

Hélder Fernando Pitta Gróz
Procurador-Geral da República de Angola

Alexandre Camanho de Assis
Sub-Procurador-Geral da República Federativa do Brasil, em representação do Procurador-Geral

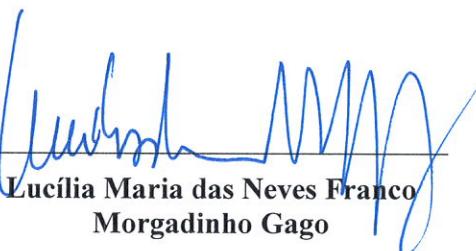
Luís José Tavares Landim
Procurador-Geral da República de Cabo Verde

Juscelino de Gaulle Cunha Pereira
Vice-Procurador-Geral da República da Guiné-Bissau, em representação do Procurador-Geral



Beatriz Buchili

Procuradora-Geral da República de
Moçambique

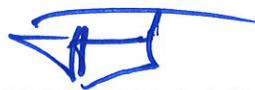


**Lucília Maria das Neves Franco
Morgadinho Gago**

Procuradora-Geral da República de
Portugal

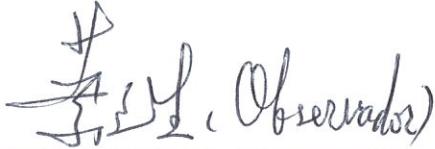


Inald Kelve Nobre de Carvalho
Procurador-Geral da República
Democrática de São Tomé e Príncipe



Alfonso Lopez

Procurador-Geral da República de
Timor Leste



IP Son Sang

Procurador da Região Administrativa
Especial de Macau



ANEXOS

ANEXO I – Lista das Delegações participantes

ANEXO II – Agenda do Encontro

ANEXO III – Lista atualizada de Procuradores-Gerais da CPLP

ANEXO IV – Intervenções dos chefes das Delegações na relativamente ao tema
“Os desafios atuais do MP em matéria de proteção das crianças”

ANEXO V – Apresentações relativas ao estado atual de funcionamento das Redes

ANEXO VI – Proposta de alteração do Regimento;

- Alterações aprovadas

- Republicação do Regimento

ANEXO VII – Intervenções durante a Cerimónia de Abertura da Conferência Internacional

ANEXO VIII – Apresentanções dos painéis

ANEXO IX – Declaração de Santa Maria